

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA A JUVENTUDE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

ELENARA JAHN;
VICTORIA DOS ANJOS DAS NEVES
LUIZ FERNANDO FRAMIL FERNANDES;
GUSTAVO ROESE SANFELICE

Universidade Feevale - Novo Hamburgo - RS - Brasil
sanfeliceg@feevale.br
Projeto de pesquisa financiado pela FAPERGS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente a população de adultos e idosos vem aumentando em nosso país, já com políticas direcionadas atendendo às suas demandas. A juventude, em nosso entendimento, merece um olhar no campo da investigação a cerca das necessidades de esporte/lazer, pois a constituição da sociedade do amanhã está balizada no investimento do hoje.

A necessidade de desenvolver políticas públicas, como apresenta Sposito (2003) em uma concepção genérica, política pública está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios, tanto financeiros como humanos, envolve uma dimensão temporal e alguma capacidade de impacto.

A maior presença da questão juvenil está relacionada primeiramente com a visibilidade que os jovens ganharam nos processos de democratização ocorridos na América Latina no final da década de 80. Porém, ao mesmo tempo em que Bango (2003) destaca o ganho de notoriedade da juventude nos últimos anos, Abad (2003) ressalta a desinstitucionalização dos jovens e, cita algumas causas, como: a crise da família tradicional e a propagação de novas formas de família; o esgotamento da ilusão da mobilidade e ascensão social; a emergência massificada dos jovens, que, não encontrando ações sociais que atendam as suas necessidades, têm pressionado por políticas públicas. Essas causas da desestabilização da juventude vêm tornando os processos de consolidação de identidades juvenis cada vez mais polimorfos, complexificando os processos educacionais/formativos, baseados nas estruturas sociais tradicionais.

A partir de todas essas incongruências conceituamos a juventude referindo-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero (UNESCO, 2004, p. 23).

Para Costa e Pires (2006), nas culturas juvenis, os espaços propícios para a formação de novos grupos de convívio sem as rígidas regras que são impostas pela sociedade, podem ser percebidos nos momentos de lazer. O lazer é um espaço/tempo para o desenvolvimento de relações de sociabilidade, de troca de experiências e de vivências, por meio das quais os jovens procuram estruturar novas formas de identidades individuais ou coletivas.

O lazer ainda é associado às atividades recreativas e eventos de massa, como o teatro, cinema, esportes, etc. Isso contribui para uma visão parcial e limitada de suas atividades. O lazer é à busca da realização pessoal, o aproveitar um tempo livre de obrigações, descansar, entreter-se, recrear-se e divertir-se. A busca da autorrealização através de conhecimentos que satisfaçam os nossos interesses, praticados nas mais opções do lazer. É um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural (MARCELLINO, 2006).

Então, como práticas rotinizadas e incorporadas na vida de um indivíduo no contexto do lazer, a prática do esporte atua como mais uma entre outras maneiras de expressar um determinado estilo de vida, que está, assim, relacionado com as escolhas que os grupos podem fazer dentro de um universo sempre limitado de escolhas possíveis (STIGGER, 2002).

Justifica-se o tema pela importância do esporte e lazer na perspectiva da qualidade de vida e inclusão sociais dos cidadãos e pela preeminência de uma política assertiva em relação a essas práticas. O objetivo deste ensaio é revisar os conceitos relacionados esporte, lazer e políticas públicas para a juventude.

AS DIMENSÕES DA JUVENTUDE

Adentrando o meio histórico que cerca essa categoria social, observamos que desde o século XX, com mais ênfase nas últimas décadas, ocorreu muitas tentativas de definir um conceito de juventude, mediante esforços combinados para emergir os jovens nas políticas nacionais. Mas, a ideia da juventude como uma fase distinta se perpetua, podemos vincular aos estilos musicais que se evidenciaram e surgiram neste período, como: hip hop, rock, funk entre outros estilos que são estabilizadores da juventude como um personagem sociopolítico e cultural de maior relevância (OLIVEIRA, 2009; GASTALDO, 2009). Os estilos musicais, junto com os jovens, formam uma fusão com características e valores ligados à energia e a estética corporal, pela busca do novo, num processo que poderíamos chamar de “juvenilização” da sociedade.

Estabelecer o que é juvenil através de atitudes pode parecer temeroso contemporaneamente, pois cada vez mais, hábitos que eram considerados apenas de jovens passam a ser adotados por outras faixas etárias. Nesse sentido, adotaremos a delimitação etária de jovens estabelecida pela Conjuve (2006), considerando período de 15 a 29 anos de idade. Conforme dados de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – (IPEA, 2006), citado por Castro & Aquino (2008) o Brasil tem hoje 51,1 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade, correspondente a 27,4 % da população nacional. A questão que se estabelece é se existem programas e projetos do poder público, bem como da sociedade civil que deem conta das necessidades de um número cada vez maior de jovens em nosso país.

A redefinição da identidade do jovem segundo os cânones homogeneizadores da vida adulta, suas possibilidades de identificação são multiplicadas pela vasta pluralidade de (sub) culturas juvenis. Estas subculturas comportam maneiras criativas de reivindicar reconhecimento e resistir aos padrões estabelecidos, bem como formas inovadoras de inserção nas esferas da vida social; dada sua presença marcante nas sociedades contemporâneas, contribuem decisivamente para a produção e renovação do repertório de valores e práticas sociais.

Para Garbin (2009) “as tribos juvenis e suas práticas, se caracterizam por suas diferentes culturas que emergem em muitos lugares e que essas contribuem para o nomadismo e flutuações”, bem como para a “lugarização” dos espaços, como características da cultura e identidade juvenil – que assume uma prática cultural, além de aspectos no contexto histórico e social.

Se problematizarmos o conceito de juventude(s) que atravessadas por identidades de pertencimento, desde o “look” de suas vestimentas e adereços, incluindo estilos musicais, comportamentos, gírias, atitudes corporais etc. Alguns jovens usam um tipo de roupa que corresponde a um estilo musical em destaque no momento, assim como outros dão seus sinais de identidade através de piercings, brincos, tatuagens e outros tipos de marcas corporais, buscando afirmar uma singularidade que não indica uma forma de dissidência ou inconformismo social, mas sim uma forma de mostrar à sociedade que existem e pensam (GARBIN, 2009; ESTEVES & ABRAMOVAY, 2008).

As diferenças são expressas também de forma múltipla, principalmente nos grandes centros urbanos, tornando-os ricos territórios de manifestações, expressividades e pertencimento. Punks, skinheads, emos, animes, metaleiros, black metals, pagodeiros, sambistas, funkeiros, hip hop (break, street), pichadores, instrumentistas são alguns modos de nomear jovens que se dizem pertencer ou se identificar com culturas específicas, as quais fazem parte de um repertório ainda maior das culturas juvenis contemporâneas. Algumas práticas culturais podem ser cruzadas no que diz respeito aos incessantes nomadismos,

performances e gestos que, de forma lúdica e simbólica, celebram sociabilidades visíveis através de seus corpos (PEREIRA & GARBIN, 2009; MAGNANI, 2005).

Segundo Brenner, Lânes e Carrano (2005), no Brasil, os jovens se apresentam hoje como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais historicamente sonegados. Os dados apresentados sinalizam para a importância da formulação de políticas para esse expressivo contingente da população brasileira, dessa maneira, o Governo Federal ao estabelecer políticas públicas na área da juventude, acena com a necessidade de pensarmos nesse grupo de pessoas.

O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE, 2006) estabelece que o jovem seja uma condição social e não um problema. Essa perspectiva é fundamental, pois solidifica o entendimento de cidadania, sendo um estado de equilíbrio entre as possibilidades de constituição de cidadania associadas ao tempo livre. Em relação a políticas sociais, observamos que há uma descontinuidade das ações do poder público, a juventude vem sendo desprovida de políticas específicas para atender as suas demandas, ainda que o Conjuve tenha estabelecido prioridades para a juventude, a política deve sair do papel e entrar para o plano das ações a serem executadas.

Nesse encaminhamento, percebe-se que os órgãos governamentais não dão conta de todas as possibilidades necessárias para a construção da cidadania. Ainda que a Constituição Federal no artigo 217 estabeleça em seu caput que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, existem lacunas a serem preenchidas. Assim, uma política assertiva entre o poder público e entidades promotoras de ações sociais de cunho sócio-educativo, poderia alavancar as atividades.

JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Diante da juvenilização da sociedade e da conversão do jovem em modelo cultural, nunca o Brasil teve tantos jovens como neste período. Os jovens cada vez utilizam mais variados espaços, seja na economia, na política, no esporte como reconhecer/conviver/valorizar essas múltiplas diferenças, em uma sociedade com um vasto território para a valorização das identidades juvenis e, por conseguinte, de suas culturas (CAVALCANTE, 2009). Chamar a atenção para diversidade de organizações de grupos juvenis, reunidos em torno de práticas variadas, de atuação cultural, de estratégias de solidariedade, de intervenção na comunidade. Os jovens passam a desenvolver, na condição juvenil, uma nova forma diferente de viver seu tempo de lazer, que vive no cotidiano da sociedade (SOUZA, 2009).

Dayrell (2003) destaca que a juventude também se encontra nos espaços das artes plásticas e artes cênicas, nos movimentos culturais, no esporte e atividades de lazer. São dimensões da cultura que possibilitam a troca, o diálogo, a convivência coletiva e a colaboração na elaboração das políticas públicas para a juventude.

Em vista disso, no ano de 2006 estabelece-se a Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas, sob tutela do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Este estabeleceu como dimensões a serem destacadas pelas políticas: 1º) Educação, trabalho, cultura e tecnologia da informação; 2º) Meio ambiente, saúde, Esporte e Lazer; 3º) Valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos. O documento World Development Report (2007) do Banco Mundial (BM) destaca a necessidade de investimento do poder público e da sociedade civil nos jovens, ressaltando que os jovens devem estar preparados para ser a “próxima geração”, ocupar papéis na produção na vida político/civil, ou ainda, tornarem-se trabalhadores, empresários, pais, cidadãos e líderes do amanhã.

A UNESCO (2004) também considera com limitação as políticas públicas para a juventude com enfoques centrados nos governos federais. Os programas são intenções governamentais, subordinados ou não às políticas estruturais, que em geral têm prazo definido de existência e têm o objetivo de atuar sobre uma realidade social mais específica ou circunscrita (CONJUVE, 2006). Os programas e projetos do Governo Federal, só terão

efetividade se forem assumidos pelos governos estaduais e municipais, pois as características sócio-culturais são determinantes para que se tenha efetividade nas ações governamentais. Na visão de Maia (2003), é preciso levar em conta as diferenças regionais, a diversidade cultural, a vontade política dos gestores públicos, a capacidade de envolvimento de recursos humanos do setor e os recursos financeiros.

Os espaços de lazer e da cultura, junto com os iguais, são os espaços em que os jovens podem processar suas experiências mais significativas, longe do controle dos adultos, a cultura que é vivida nesses momentos é um importante meio de trocas, na qual as informações são aí processadas.

Para Stigger (2003), lazer é o resultado de um processo histórico de desenvolvimento de novas formas de produção, sendo, nos dias de hoje, parte consistente da sociedade contemporânea. No sentido moderno, ele surge como parte do tempo livre institucionalizado, do qual o maior exemplo seja o final de semana, aqueles dias em que, inventados pelos homens ao longo de uma história bastante complexa, se tornaram indiscutivelmente, o período privilegiado para a sua caracterização. O lazer apresenta problemas sociológicos que foram negligenciados por muitos sociólogos em decorrência do não desligamento suficiente dos padrões, categorias, e valores dominantes de pensamento das sociedades ocidentais (DUNNING, 2003). Em função da problemática acima, o autor aponta para uma distinção entre tempo livre e a categoria toda, e lazer, o qual deveria ser tratado como mais específico. Todas as atividades de lazer desenvolvem-se no tempo livre, mas nem todo tempo livre é ocupado com lazer.

No atual cenário social, os/as jovens brasileiros/as devem ser vistos como sujeitos de direitos, universais e específicos, surgindo então à necessidade de um conjunto de políticas gerais. O que significa combinar, ao mesmo tempo, ações e programas emergenciais, para atenuar as necessidades mais agudas das juventudes, com políticas estruturantes (CONJUVE, 2006). Um complicador nas políticas públicas para a juventude é o fato de não se conceber os jovens como atores com identidade própria. Acrescenta-se ainda a não consideração da diversidade entre as juventudes, considerando-as como um bloco monolítico, homogêneo, sem especificidades e sem diferenciação de gêneros, refletindo a incapacidade de se perceber que a juventude representa-se através de diferentes linguagens e enfoques para manifestar seus anseios e insatisfações (UNESCO, 2004). Nesse sentido, as culturas juvenis tomam forma, pois segundo Pais (1993), além delas serem socialmente construídas, “têm também uma configuração espacial”. Assim, percebemos da necessidade de se pensar a juventude como um grupo complexo e com necessidades que são reprimidas por demandas de outros grupos sociais.

Este artigo buscou relacionar os conceitos de esporte e lazer com juventude, sendo esta uma etapa da vida com demandas de ações e projetos nestas áreas, ainda insuficientes na dimensão das políticas públicas.

Nesse sentido, propomos a partir do escopo conceitual apresentado, uma proposição de ações através de programas e projetos na área da juventude pelo poder público nas esferas federal, estaduais e municipais, facilitando assim a consolidação da cidadania desse segmento populacional.

Assim, entendemos que o poder público deve articular ações na área do esporte e lazer que atenda às necessidades dos jovens, tornando esses espaços momentos de inclusão social, qualidade de vida e cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V; PAPA, F. C. (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M.V. e PAPA, F. de C. (org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**.

BRENNER, A. K.; LÂNES, P.; CARRANO, P. C. R. **A Arena das políticas públicas de juventude no Brasil**. In: **Revista de Estudos sobre Juventude**. Edição: ano 9, núm. 22. México, DF, janeiro-junho 2005.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. [org]. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília, abril/2008.

COSTA, A. G.; PIRES, G. L. Moda/indumentária em culturas juvenis: símbolo de comunicação e formação de identidades corporais provisórias em jovens de ensino médio. In: **3º Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte**. Santa Maria: 20 a 23/set/2006.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira Educação**, nº 24. Rio de Janeiro, set/dez. 2003.

DUNNING, E. Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e no lazer. In: **História Questões e Debates**. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: **VI Congresso Português de Sociologia: Mundo Social - Saberes e Práticas**, jun/2008.

GARBIN, E. M. Diferentes de alguns, iguais a outros!: As culturas juvenis invadem a escola. In: CAVALCANTE, M. H. K.; SOUZA, R. A (org.). **Culturas Juvenis: Dinamizando a escola**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

GASTALDO, M. Z. Rock and Roll: O jovem faz a sua música. In: CAVALCANTE, M. H. K.; SOUZA, R. A (org.). **Culturas Juvenis: Dinamizando a escola**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Base de dados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 de maio. 2009.

MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. In: **Tempo Social**. Vol. 17, nº 2. São Paulo, Nov/2005.

MAIA, L. F. S. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas**. Campinas/SP: Papirus, 2003.

MARCELLINO, N. C.. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4ª edição. Campinas, SP: Autores Associados (2006).

OLIVEIRA, E. S.. HIP HOP: Uma experiência cultural na escola. In: CAVALCANTE, M. H. K.; SOUZA, R. A (org.). **Culturas Juvenis: Dinamizando a escola**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

PEREIRA, A. S.; GARDIN, E. M. Práticas Culturais: Juvenis (de) marcando corpos nas paisagens urbanas. In: CAVALCANTE, M. H. K.; SOUZA, R. A. (org.). **Culturas Juvenis: Dinamizando a escola**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: diretrizes e perspectivas - **CONJUVE**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

Políticas Públicas de/ para /com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.

SOUZA, C.. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. In: **Sociologias**. Porto alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002

World Development Report 2007: Development and the Next Generation. The World Bank. Washington, DC, 2006.

Endereço e contato do orientador principal:

Gustavo Roese Sanfelice

Rua 19 de novembro, 116/20. Bairro São Jorge. Novo Hamburgo/RS

CEP: 93534-490 Email: sanfeliceg@feevale.br Fone:(51) 91230690